

Marco do Jauru, memorável do tratado de Madri: traçados históricos enunciativos que dizem dos limites entre Portugal e Espanha¹

Marco do Jauru, memorable from the Treaty of Madrid: enunciative historical traces that speak of the boundaries between Portugal and Spain

Solange Moreira dos Santos Velozo²
Universidade do Estado de Mato Grosso

Giseli Veronêz da Silva³
Universidade do Estado de Mato Grosso

Taisir Mahmudo Karim⁴
Universidade do Estado de Mato Grosso

Recebido em: junho de 2025.

Aprovado em: agosto de 2025.

Como citar este trabalho:

VELOZO, Solange Moreira dos Santos; SILVA, Giseli Veronêz da; KARIM, Taisir Mahmudo. Marco do Jauru, memorável do tratado de Madri: traçados históricos enunciativos que dizem dos limites entre Portugal e Espanha. **Traços de Linguagem**, v. 9, n. 2, 103-119, 2025.

RESUMO: O texto, *Marco do Jauru, memorável do Tratado de Madri: traçados históricos enunciativos que dizem dos limites entre Portugal e Espanha*, integra um estudo mais abrangente sobre análises de plantas urbanas, planta arquitetônica e de monumento, de modo geral, consideradas na sua história na relação com textos que recortam memoráveis, e especificam uma história particular. Nesse sentido, objetivamos mostrar como o Marco do Jauru é tomado enquanto um monumento histórico que divide as fronteiras de Cáceres e do Estado de Mato Grosso, agenciado pelo memorável Tratado de Madri. O *corpus* se constitui de materialidades diversas e do Marco do Jauru. A ordenação teórico-metodológica se dá a partir dos estudos desenvolvidos Eduardo Guimarães (2002-2018); Dias (2018) e Cavenagh, (2016). Com as análises, é possível dizer que o Monumento, ao articular-se com elementos linguísticos e não linguísticos, constitui sentidos e significam no funcionamento de linguagem, por meio de modos de dizer, cuja temporalidade, a específica, significa, designa

e historiciza acontecimentos únicos. Portanto, o Marco do Jauru, enquanto Monumento, produz sentidos de projeção e divisão geográfica nos aspectos físicos e políticos, plantado no e do espaço urbano tombado no centro histórico da cidade de Cáceres-MT.

¹ Este texto é um fragmento do acontecimento da enunciação do Capítulo II, sua primeira versão, que integra a tese: *PLANTA-TEXTO: ENTRE O LINGÜÍSTICO E O NÃO LINGÜÍSTICO NO DOMÍNIO DO ESTUDO DA SIGNIFICAÇÃO*, defendida em: 22/03/2023.

² Doutora em Linguística PPGL/UNEMAT (Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado). Atualmente é Professora contratada da Faculdade de Educação e Linguagem – CAC. E-mails: mormsn@gmail.com.

³ Doutora em Linguística - PPGL/UNEMAT. Professora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Linguagem – FACSAL/UNEMAT/Tangará da Serra. E-mail: giseli.veronez@unemat.br.

⁴ Doutor em Linguística. Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado – UNEMAT. E-mail: taisir@unemat.br.

Palavras-chave: Semântica Enunciativa; Temporalidade; Planta-Texto; Planta Arquitetônica; Marco do Jauru, Monumento.

ABSTRACT: The text, *Marco do Jauru, memorable from the Treaty of Madrid: enunciative historical traces that speak of the limits between Portugal and Spain*, is part of a more comprehensive study on analyses of urban plans, architectural and monument plans, in general, considered in their history in relation to texts that cut out memorables, and specify a particular history. In this sense, we aim to show how the Jauru Landmark is taken as a historical monument that divides the borders of Cáceres and the State of Mato Grosso, brokered by the memorable Treaty of Madrid. The *corpus* is made up of diverse materialities and the Jauru Landmark. The theoretical-methodological ordering is based on the studies developed by Eduardo Guimarães (2002-2018); Dias (2018) and Cavenagh, (2016). With the analyses, it is possible to say that the Monument, by articulating itself with linguistic and non-linguistic elements, constitutes meanings and signifies in the functioning of language, through ways of saying, whose temporality, the specific one, signifies, designates and historicizes unique events. Therefore, the Jauru Landmark, as a Monument, produces meanings of projection and geographical division in the physical and political aspects, planted in and of the urban space listed in the historic center of the city of Cáceres-MT.

KEYWORDS: Enunciative Semantics; Temporality; Text-Plant; Architectural Plan; Jauru Landmark, Monument.

1. Introdução

O presente texto é um fragmento do acontecimento de enunciação que integra um estudo mais abrangente sobre análises de plantas urbanas, planta arquitetônica e de monumento, de modo geral, consideradas na sua história na relação com textos que recortam memoráveis, e especificam uma história particular.

Nesse sentido, objetivamos mostrar como o Marco do Jauru é tomado enquanto um monumento histórico que divide as fronteiras de Cáceres e do Estado de Mato Grosso, agenciado pelo memorável Tratado de Madri. Nessa direção, o *corpus* se constitui de materialidades diversas e do Marco do Jauru. Conforme Cavenagh, (2016, p. 217) “a cidade é vista por seus monumentos e essa visão sintetiza valores que estão condicionados à forma como a sociedade se organiza”.

O texto está organizado em tópicos. No primeiro, vamos apresentar, uma breve introdução. No segundo, abordaremos os traços teóricos de abordagem enunciativa. Em um terceiro, mostraremos acontecimentos históricos enunciativos constituídos enquanto práticas sociais que dizem sobre a arquitetura de um olhar científico. No quarto tópico, destacamos aspectos enunciativos sobre a instalação da Capitania de Mato Grosso e do Marco do Jauru, desde 1754 a 1883, que recorta como memorável o Tratado de Madri entre Portugal e Espanha, sentidos que estão latentes no coração da cidade de Cáceres no Mato Grosso. Posteriormente, apresentaremos as considerações finais e as referências.

2. Traços da ordenação teórico-metodológica

A ordenação teórico-metodológica se dá a partir da abordagem dos estudos enunciativos desenvolvidos por Eduardo Guimarães (2002-2018) e Dias (2018), autores que compreendem que “o sentido se dá no acontecimento do dizer”, um caminho que se mostrou motivador para o desenvolvimento desta pesquisa.

O *corpus* se constitui de materialidades diversas e do Marco do Jauru. Suas análises incidem sobre a designação constitutiva do sentido de nomes, de enunciados, de expressões linguísticas, de elementos linguísticos e não linguísticos, entre outros, que significam na relação de integração a esta unidade de significação, no seu funcionamento simbólico e na sua historicidade. A inspiração para este texto se constitui articulada à perspectiva apresentada por Luiz Francisco Dias, ao tratar de questões que tocam “**O não verbal enquanto significação**”.

Dias (2018), desenvolve um estudo na perspectiva da abordagem de uma semântica enunciativa que considera que “as relações linguísticas são concebidas, pela via da significação”, e, nessa “concepção, as formas da língua se articulam sob o domínio da constituição dos sentidos na linguagem” (Dias, 2018, p. 15). Neste sentido, o autor nos apresenta uma “reflexão sobre os modos de expressão de natureza não linguística no intuito de constituir um olhar sobre as possibilidades de se conceber a natureza relacional da significação” (Op. Cit., p. 16).

Para tanto, como *corpus*, toma a figura/estátua/monumento equestre de D. Pedro I, e tece sua reflexão considerando os modos de significar a partir deste monumento, material, de ordem não verbal, que na relação da significação concebe sentidos à imagem do monumento de D. Pedro I. Para Dias (2018, p. 17), “as partes que compõe o monumento como um todo participam de uma relação significativa”. Sendo assim, considerar a estátua/monumento, “enquanto formas de expressão articuladas, entram em processo de constituição de uma unidade de significação” (Ibidem).

Segundo esta abordagem, “A unidade de significação que sobressai” (Idem), da articulação de formas de expressão na totalidade que compõe o monumento, “pode ser condensada pelo termo *engrandecimento*”. Assim, O monumento sondado nos dá possibilidade de atribuir sentidos e dar visibilidade a algo não verbal, não linguístico, que passa a significar de algum modo parte da história brasileira, na relação com a projeção de sentido na constituição do linguístico.

Nessa direção, a partir da reflexão e fundamentação levantada por Dias (2018) “sobre os modos de expressão de natureza **não linguística**”, tomamos a expressão “não linguístico” enquanto possibilidade de significação das formas: linhas, seta da linha, retângulo, retângulo: cantos arredondados, arco, cruz, pontos, semicírculos e outras, que integram as plantas-textos⁵, o não linguístico constitui-se como modos de linguagem que funcionam e se cruzam com/entre as formas que integram o texto.

Da perspectiva dos estudos enunciativos compreendemos a relação entre línguas e falante “enquanto um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político”. Nesse sentido, “a língua é dividida no sentido de que ela é necessariamente atravessada pelo político: ela é normativamente dividida e é também a condição para se afirmar o pertencimento dos não incluídos, a desigualdade dos desigualmente divididos” (Cf. Guimarães, 2017, p. 24).

Os acontecimentos de linguagem se constituem e se especificam como diferentes temporalidades de sentidos de um passado de enunciações, que se abrem em sentidos outros no movimento semântico constitutivo da enunciação de textos específicos. Por exemplo, os textos de historiadores, viajantes expedicionários,

⁵ Neste momento, não trataremos sobre análises das plantas-textos.

documentos régios, textos geográficos, textos de engenheiros, mapas, plantas e outros são significativos para este percurso.

A pesquisa pensada historicamente não se limita a analisar somente textos de literatura de viagem de séculos distintos, a pesquisa produzida desse modo seria, como diz Romain Descendre (2015, p. 17), “discrepante e limitador”. Segundo este autor: “os relatos de viagem enquanto tais não constituem o tema único de todos os textos reunidos”. Ou seja, “dentre eles, muitos apresentam descrições de países e Estados, e têm eventualmente origem política ou diplomática. Ali se encontram, por exemplo, cartas trocadas entre reis e papas⁶”.

3. Traços históricos enunciativos iniciais de práticas sociais: a arquitetura de um olhar científico

Com um “olhar científico” podemos observar os traços históricos enunciativos de uma cidade sob a ótica de práticas sociais que os constituem como texto. Conforme Dias (2018), “A arquitetura de um texto é em parte um trabalho de arquitetura de um olhar científico”. O autor diz que, “o trabalho com o texto científico no campo de uma semântica da enunciação envolve a relação tensa entre uma “presentificação” de dados da língua e um plano teórico de acolhimento desses dados, tendo em vista a constituição de uma consistência científica” (Dias, 2018, p. 7). Desse modo, parafraseando Dias (2018), enunciamos que a arquitetura do presente texto é parte de um trabalho cuja arquitetura se deu a partir de um olhar científico, e assim, tomamos como materialidade significante e simbólica o Marco do Jauru, o Monumento, localizado no centro histórico e tombado da cidade de Cáceres.

Neste cenário, podemos sustentar que a cidade de Cáceres, no Estado de Mato Grosso, é vista por seus “Monumentos”, por exemplo: a Catedral São Luiz de Cáceres, os Casarões esvaziados, o Marco do Jauru, entre outros. Conforme o ponto de vista apresentado por Cavenagh (2016, p. 217), compreendemos que os “Monumentos” são modos de dizer e significar a cidade de Cáceres. Nesse sentido, os “Monumentos” são materialidades simbólicas que sintetizam valores enunciativos agenciados “à forma como a sociedade se organiza”, numa determinada “constituição estética”.

Para tanto, compreendemos o termo “constituição estética” ancorado na definição feita por Rancière (2018, p. 7), pois:

“Pelo termo de constituição estética deve-se entender aqui a *partilha do sensível* que dá forma à comunidade. *Partilha* significa duas coisas: a participação em conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição em quinhões. Uma partilha do sensível é, portanto, o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas.” (Políticas da escrita, p. 7, grifo nosso⁷). (Rancière, 2018, p. 7).

À luz da reflexão apresentada, compreendemos que o projeto de ocupação das partilhas do real no Brasil consiste na compreensão de que “a *partilha do sensível* dá forma à comunidade” (Rancière, 2018, p. 7), configurando-as como divisões e constituídas por espaços de enunciações.

Sendo assim, consideravelmente, o modo como se dá forma à comunidade, a organização de uma cidade é um acontecimento político que se abre no presente do

⁶ Nota de número “17”, feita pelo autor, p. 33.

⁷ Conforme texto da “Nota da tradução” dos autores.

próprio acontecimento à luz de sua latência de futuridade e de sua temporalidade. Conforme Guimarães (2017, p. 24), “a constituição da temporalidade do acontecimento se faz pelo funcionamento da língua enquanto numa relação com línguas e falantes regulada por uma deontologia global do dizer em uma certa língua”.

Portanto, dizemos que os monumentos produzem sentidos de divisão geográfica nos aspectos físicos e políticos no espaço urbano tombado na cidade de Cáceres no Estado de Mato Grosso, projeções ideológicas designam expansão do urbano.

Diante do preâmbulo, apresentamos fragmentos do acontecimento de enunciação cujas sondagens e análises incidem sobre o Marco do Jauru, na relação com elementos linguísticos e não linguísticos. Isto é, mostramos aspectos enunciativos que dizem de um monumento histórico, específico e significativo, constitutivo de sentidos que recortam como memorável o Tratado de Madri. No presente deste acontecimento, isto é, “Tratado de Madri”, abrem-se as rememorações de enunciações outras que dizem os limites entre Portugal e Espanha, sentidos que significam atados ao corpo da cidade de Cáceres, Praça Barão do Rio Branco e ao corpo da Catedral São Luiz de Cáceres, no Estado de Mato Grosso. Nessa direção, estudos que tratam sobre a designação trazem como possibilidade dizer do funcionamento da significação do Marco do Jauru, no centro da cidade.

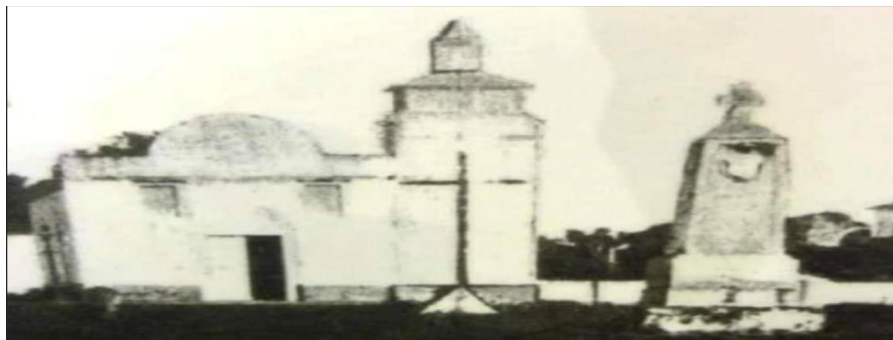
Dessa maneira, os acontecimentos empreendidos são tratados como indicações e possibilidades de buscar e compreender acontecimentos que, por suas temporalidades, nos permitam estabelecer procedimentos seguros, para prosseguir e produzir conhecimento com a pesquisa.

Por esse ângulo, a reflexão sobre o Marco do Jauru estabelece uma relação de articulação direta com a construção da Igreja de São Luís de França (Vila Maria do Paraguai) e atualmente com a Catedral de São Luiz de Cáceres, ou Diocese de São Luiz de Cáceres. A Catedral São Luiz é um “Monumento⁸” situado no espaço físico-geográfico público do centro de Cáceres. Ela passou por um extenso processo de construção, edificação e reformas recentes, constituindo sentidos em distintas temporalidades, conforme materializam as fotografias.

A seguir, tomamos a fotografia da Igreja de São de França como um acontecimento que enuncia a união de sentidos entre a Igreja, o Cruzeiro e o Marco do Jauru, em Vila Maria do Paraguai. Hoje, cidade de Cáceres.

⁸Tombado pelo Iphan, em 1978. Iphan. Arquivo Noronha Santos/Iphan e IBGE. *Monumentos e Espaços Públicos Tombados-Cáceres (MT)*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1473>. Acesso em: 10/03/2022.

Figura 1 - Igreja de São Luís de França, o Cruzeiro e o Marco do Jauru, em Vila Maria do Paraguai.



Fonte: Album Gráfico, 1914.

De acordo com Biennès (1987, p. 14), “os textos e as fotografias se materializam”, nesta medida, eles enunciam traços de linguagem não só da formação arquitetônica da cidade, bem como rememoram traçados históricos-enunciativos significativos e constitutivos da relação política entre Igreja e o Estado.

Neste texto não linguístico, a fotografia, observemos que há três monumentos fundamentais, que se materializam na relação com o real, o simbólico e o histórico. Trata-se da pequena Igreja Católica, representada por uma arquitetura de estilo e construção colonial, com a construção de uma única torre sineira. Ela estabelece sua materialização de sentido na articulação com o Cruzeiro, símbolo do catolicismo latino, a Cruz Latina, e com o Marco do Jauru.

4. A instalação da Capitania de Mato Grosso e o Marco do Jauru, de 1754 a 1883: Tratados e Limites entre Portugal e Espanha no Centro Tombado de Cáceres - MT

A instalação da Capitania de Mato Grosso constitui-se enquanto um modo estratégico e político de Portugal, promover e garantir a ocupação da fronteira oeste do Brasil. Sobre isto, De Moura (2018, p. 316) assevera que Portugal:

[...] Ao instalar as **capitanias de Goiás e Mato Grosso**, [Portugal] estaria promovendo a **ocupação da fronteira oeste do Brasil** de modo que, suas populações, os “*frontiersmen*” (fronteiras) pudessem praticar a navegação destes rios, com objetivos comerciais e de exploração e com isto assegurar direitos sobre estas vias fluviais. Na sua abordagem, portanto, os interesses econômicos e de sobrevivência destas populações coincidiram com **os geopolíticos do Estado** naquele momento, cuja “razão” envolvia a necessidade de **definição dos limites entre Portugal e Espanha na América** (De Moura, 2018, p. 316). Grifos nossos.

Conforme De Moura (2018), a instalação das capitanias de Goiás e Mato Grosso define o modo como se deu a divisão e ocupação da fronteira oeste do Brasil. Observemos que as designações “comércio” e “exploração” são palavras formuladas no âmbito dos interesses políticos coloniais, consistindo em sentidos como estratégia para a ocupação do comércio, exploração das práticas navegáveis, bem como a apropriação de inúmeras riquezas.

As estratégias, nesse sentido, são argumentações para sustentar e assegurar os direitos de navegação e de posses sobre os rios e sobre o território. De outro lado, os

geopolíticos do Estado, os administradores do Reino de Portugal, com destaque à figura do rei Dom João V e seus representantes no Brasil. Para tanto, Dom Antônio Rolim de Moura Tavares foi nomeado governador em 1748, e o responsável pela instalação da Capitania de Mato Grosso e pela fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade, a primeira capital de Mato Grosso.

Assim, as ações administrativas como expressão e “definição dos limites entre Portugal e Espanha na *América*” significam pela enunciação que recorta o memorável Tratado de Madri de 1750, também conhecido como Tratado hispânico-português de 1750. Nesse sentido, o memorável recortado constitui-se como um modo de dizer e de significar o designado. A fronteira oeste das terras do Brasil, nessa medida, determina os limites e ocupações de suas populações, ou seja, os designados de “*frontiersmen*”, isto é, os fronteiros.

Portanto, é possível dizer que o sentido de *definição dos limites entre Portugal e Espanha na América* Ibérica trata-se de sentidos constituídos numa relação geopolítica histórica-enunciativa no funcionamento de enunciações que designam os *interesses geopolíticos do Estado* português e espanhol. Visto que os interesses se encontram estabelecidos no/pelo Tratado de Madri, fundamentado no acontecimento jurídico do *Uti possidetis*, princípio firmado entre os países mencionados, e assinado na capital espanhola, ou seja, em Madri.

Desse modo, apoiados por tais princípios, os portugueses adentraram as divisas pertencentes à Espanha, pelo direito de posse não interrompida, direito este garantido à província há mais de 60 anos. A Revista do Instituto Histórico de Matto Grosso (1923), que o *Uti possidetis*:

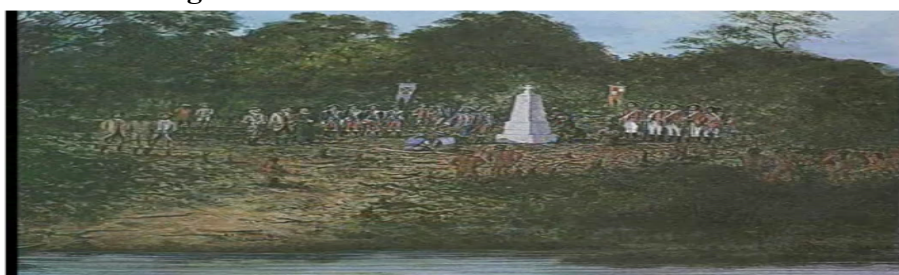
[...] Logo é manifesto que não existe ordem alguma e nem mesmo convenção em vigor acerca das divisas das duas províncias. Não havendo ainda limites reconhecidos, deve-se recorrer ao – *uti possidetis* – de cada uma das províncias. Recorrendo-se pois a este direito tem esta província posse não interrompida e estabelecimentos há mais de 60 annos, até a margem do rio Grande ou Araguaya, na estrada de Goyaz, onde a mesma província não tem um só habitante; e pelo lado de Sant’Anna do Parahyba tã bem nunca um só goyano teve posse desses logares, e a expersasa da Provincia de Mato Grosso é que foi descoberto a 20 annos, **povoado e elevado a ultimamente à categoria de villa aquelle logar**. Tudo isto demonstra claramente o officio do ex-presidente desta Provincia Chefe de Esquadra Augusto Leverger, n. 14 de 28 de Janeiro de 1857 (cópia n. 13) e officios de seus antecessores, a que ele se refere, n. 5 de 14 de Janeiro de 1836, ns 31, 52 de 28 Julho e 4 de Dezembro de 1837, e ns 13 e 39 de 21 de Abril e 6 de Agosto de 1838 (cópias de ns. 14 a 18). É de urgente necessidade a fixação dos limites desta com a província de Goyaz e parece-me mui razoável que para isso se adopte a mesma divisa que de facto tem sempre subsistido e é o rio Araguaya até suas vertentes na serra de S. Martha, seguindo pela cumiada desta até as vertentes do Rio Corrente, que incorporado ao rio Pasmado ou Turvo entra no Parahyba que é o limite desta com a Provincia de Minas Geraes. Deos guarde a V.EX. – Palacio do Governo do Matto Grosso em Cuyabá, 28 de Julho de 1860. – Illmo. Exmo. Snr. Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, Ministro e Secretário de Estado dos Negocios da Justiça – Antonio Pedro de Alencastro”. (Revista do Instituto Histórico de Matto Grosso, 1923-2, pp. 45-46). (Grifo nosso).

Nessa direção, a definição dos limites entre Portugal e Espanha na América, sobre o Marco do Jauru, 1754 a 1883, leva-nos a compreender que a definição dos limites entre ambas instaura decisivamente o político. Sobre essa questão Ferreira Moutinho, esclarece que a trinta léguas de Mato Grosso à margem do rio Jauru, foi o lugar onde os comissionários da demarcação de limites, enviados por parte de Espanha e

Portugal, pela primeira vez, o colocaram em 1754, conforme reza a disposição do art. 7º do tratado de 1750. O grande marco de mármore, que alvejava entre os verdes que a época, era o que o circulavam.

Os sentidos de limite que permeiam o Marco do Jauru, neste caso, são constituídos por temporalidades distintas, isto é, os enunciados 1754 e 1883 significam sentidos de limites diferentes sobre a formação do processo de urbanização da região do Mato Grosso. O Marco do Jauru é reconhecido na cidade de Cáceres como um Monumento Tombado. Ele sintetiza narratividades que significam e ressignificam pelas práticas de linguagens que o afetam e atribui sentidos no modo como o centro urbano da cidade foi sendo construído, primeiramente com o sentido de demarcação do território do Mato Grosso. Retomamos como base Cavenagh (2016), e afirmamos que a cidade de Cáceres, localizada no Mato Grosso, é conhecida pelos seus monumentos, e essa perspectiva determina valores que estão articulados à forma como a sociedade se organiza. Observemos na materialidade da imagem pinçada do vídeo, a que nomeamos de Marco do Jauru-fevereiro de 1754, outros sentidos se constituem.

Figura 2: Marco do Jauru – fevereiro de 1754



Fonte: Print do Vídeo: “História de Mato Grosso - Cáceres”, de BECKMAN, Thomas.
Disponível em: <<https://www.youtube.com/watchk>. Acesso em: 08/03/2022.

O texto não linguístico, acima, foi pinçado do vídeo: “História de Mato Grosso-Cáceres”, de BECKMAN, nele, podemos observar que o grande marco de mármore não estava alvejado somente entre os verdes que o circulavam. Ademais, acrescentamos que o “marco” alvejava entre os muitos indígenas presentes, revestidos de suas práticas culturais, dispersos entre as bandeiras hasteadas, entre capitães, dividindo o espaço com a guarda de militares portugueses e espanhóis, que se fazem presentes em lados opostos ao marco e às límpidas águas do Rio Jauru.

O Marco do Jauru está localizado na Praça Barão do Rio Branco, defronte à monumental Catedral São Luiz de Cáceres e divide-se de quatro lados iguais. No seu topo está a Cruz, e gravado em seu corpo lê-se a seguinte enunciação:

“SVB
 IOANNE.V. LVSITANORVM
 REGE
 FIDELISSIMO
 SVB FERDINANDO.VI
 HISPANIE
 REGE CATHOLICO
 IVSTITIA
 ET. PAX.
 OSCV LATE
 SV NT
 EXPACTIS
 FINIVM.RE
 GVNDORVM
 CONVENTIS.
 MADRITI.
 IDBLIANVAR
 MDCCL”

Observemos que no presente desse acontecimento, encontra-se a designação “MDCCL” reescriturada por condensações de enunciações temporalizadas, que significam o acordo firmado em “1750”. Ou seja, compreende-se que o sentido está funcionando pelo memorável Tratado de Madri, onde a materialidade significante do Marco do Jauru, fixado na foz do rio Jauru, significa afetado de um lado sob a enunciação de D. João V. E, de outro lado, sob as enunciações de Ferdinando VI. Mas ambos, determinados pelo que rege e enuncia os Reis Católicos, poderíamos dizer que o Marco do Jauru também significa acordo de fidelidade entre os Reis Católicos.

Outro acontecimento importante, segundo Ferreira Moutinho, é que neste lugar “existem ricas minas de ferro e cobre”, produzindo uma latência de futuridade, a qual constituía o sentido de grande renda à província de Mato Grosso, e, principalmente, com fins lucrativos a quem viesse explorá-las. Sendo assim, tais riquezas teriam despertado cobiça dos homens desta região, com a promessa de empregar os capitães.

Além disso, as águas cristalinas eram favoráveis à navegação do Jauru até o lugar dessas minas, empreendidos pelos demarcadores de limites. Ferreira Moutinho explica que qualquer companhia que se formasse para a província deveria ser completamente independente da população do país. Ainda para esta formação a companhia deveria “ter seus correspondentes em Montevideo ou em Buenos-Ayres, e um escritório no Corumbá”, os quais deveriam ter seus barcos próprio, e um barco pequeno a vapor, para navegar entre o ponto de Corumbá e entre o ponto percorrido pelos trabalhadores, esta organização evitaria os manejos das canoas e os ataques de indígenas.

Observamos que o Marco de Mármore não ficou para sempre na foz do Jauru, pois desde o ano de 1883, o Marco do Jauru, o ícone da demarcação dos limites entre Portugal e Espanha, encontra-se entrelaçado e produzindo sentidos na relação com outros monumentos e com a vida cotidiana dos cacerenses. Desse modo, significando o desenvolvimento, em contraste com a formação e urbanização da cidade desde a povoação de Vila Maria, São Luiz de Cáceres, no Mato Grosso. Ou seja, o Marco, desde então, situa-se atado ao corpo do Centro Histórico Tombado, da cidade de Cáceres, no Estado do Mato Grosso.

A formação do processo de urbanização da região do Mato Grosso é um acontecimento que se constituiu num espaço de enunciação específico, num espaço político constituído de uma temporalização específica. Isto é, o processo de urbanização da região do Mato Grosso acontece na segunda metade do século XVIII. De nossa

posição, consideramos que os sentidos se constituem no funcionamento da língua, cujo acontecimento funciona integrado ao texto. Dessa posição, consideramos também “a questão do político na linguagem” (Guimarães, 2017, p. 11). Ou seja, “enunciar é uma prática política” (op. Cit., p. 11). Diante das considerações, dizemos que as relações de alocação são constituídas num espaço político e, levado ao estudo da significação, acreditamos na perspectiva de que estas relações são práticas de linguagem, são acontecimentos enunciativos.

Destacamos ser no espaço político que o falante é agenciado pelo funcionamento de uma língua, ou outras línguas. O falante só enuncia afetado pela língua que funciona num espaço em que línguas e falantes sempre estão em disputa incessante. Nessa conjuntura, deve-se considerar que a urbanização do Mato Grosso, na relação de alocação constituída pela prática de linguagem agenciativas dos falantes, é o que os faz dizer, redizer e se significar e ressignificar pelo acontecimento de enunciação no texto.

Dito desse modo, consideramos pertinente a enunciação de Araujo (2012) em *A Urbanização da Amazônia⁹ e do Mato Grosso no século XVIII*, que, em síntese, trata sobre o processo da urbanização do Mato Grosso no século XVIII, e enuncia que:

[...] considera-se, sobretudo as relações implícitas com a conjuntura da demarcação de limites: a projeção ideológica do urbano no discurso político das Luzes, que se reflete na legislação adotada, e **as implicações do processo de urbanização na leitura do território** (Araujo, 2012, p. 41). (Grifos nossos).

Sobretudo, o processo de urbanização se constitui de um (passado, presente e futuro), pela temporalidade própria do acontecimento de linguagem do discurso político das Luzes. Isto é, constituído nos modos de dizer do discurso da legislação, permitindo a projeção de sentidos outros. A projeção de múltiplas temporalidades sobre a questão do urbano, rural, público, privado e outras temporalidades que se mostram significadas na textualidade das plantas-textos, as quais são analisadas nas últimas seções deste estudo, um espaço de enunciação, espaço sempre político¹⁰ e sempre espaço de divisão.

Ainda segundo a observação da autora, há um “paradoxo implícito” que se coloca entre as palavras *urbanização* e *mato*, na medida que ambas são consideradas opostas, assim, de sua posição, considera que um “paradoxo implícito” é:

[...] Um paradoxo que opõe duas palavras naturalmente lidas como opostas uma pela outra, *urbanização* e *mato*. Tão forte é o sentido de oposição entre estas palavras, que soa estranho pensar em cidades no mato. Mas foi de certo modo a força deste contraste que esteve na base do próprio processo de urbanização [...] do Mato Grosso. Porque ali, mais do que em qualquer outra região do Brasil, as cidades representavam elementos discursivos enfáticos da relação de domínio sobre o território que se pretendia estabelecer ou, antes, reivindicar. E a decisão de as fazer, várias, [cidades] e no mato, implicou um importante e significativa mudança na leitura do próprio território (Araujo, 2012, p. 42). (Grifos itálico nosso).

Nas palavras da autora, há proposição de que o sentido de oposição entre *urbanização* e *mato* é tão forte que soa estranho pensar em cidade no mato. Para nós, essa oposição se constitui como elemento de enunciação que funciona como força enunciativa para sustentar que o sentido que constitui o processo de urbanização constitui-se no próprio acontecimento.

⁹ (Sic).

¹⁰ O político é entendido a partir da definição e sentido constituído da posição de Guimarães (2002).

Consequentemente, as questões enunciadas em relação à conjuntura da demarcação de limites; a mudança na leitura do próprio território; a decisão de levantar “cidades no mato”, são acontecimentos de linguagem. Conforme Guimarães (2017, p. 15), tais “enunciações são acontecimentos de linguagem que se fazem pelo funcionamento da língua”, cujo funcionamento está latente, ainda hoje, no centro da cidade de Cáceres.

Dessa forma, o imponente Marco do Jauru, situado na Praça Barão do Rio Branco desde 1883, defronte à porta central da Catedral São Luiz de Cáceres, ambos os monumentos estabelecem e determinam sentidos mútuos, constituindo enunciações que continuam latentes e produzindo sentidos no coração da cidade de Cáceres.

Segundo a observação de fotos recentes, o monumento mostra-se articulado à construção do texto: “TRATADO DE MADRI-01-1750 - ESPANHA-PORTUGAL (MARCO DO JAURU)”, enunciado na pedra de mármore presente a Leste no Marco, que ainda pulsa latente os sentidos de limites estabelecidos no Tratado. A falta de um pedaço da pedra pode significar sinais de depredação, em um monumento tombando. Esta observação se dá, a partir da construção do texto/visual construído pela materialidade física visual do monumento.

Nessa direção, Orlandi e Guimarães ([1988] 1989, p. 74), em *História e Sentido na Linguagem*, dizem que a questão da materialidade física do enunciado interessa quando se fala do texto, da textualidade. Segundo os autores, “o texto é uma construção com começo/meio/fim que se constitui como um “cruzamento” de discursos, de enunciados de discursos diferentes” (Op. Cit., p. 74). Ademais, Orlandi e Guimarães apontam que nessa “construção conta também a materialidade física (sonora, visual, etc.), e é nesta medida que entra, então, a temporalidade. O fato de ter começo e fim se deve à temporalidade”.

Figura 3 - Texto do Tratado (MARCO DO JAURU) – atado ao corpo da cidade de Cáceres – MT.



Fonte da foto: Arquivo da autora. (Veloza, 05/12/2021)

Figura 4 - MARCO DO JAURU - atado ao corpo da cidade de Cáceres – MT.



Fonte da foto: Arquivo da autora (Veloza, 05/12/2021).

Sobre este Marco, uma questão muito curiosa se apresenta. Por muitos anos, a data de fixação deste monumento se constituía como uma incógnita, segundo a qual os sentidos pairavam sobre os textos dos estudiosos interessados em buscar detalhes. Natalino Ferreira Mendes (2021), em uma busca instigante, nos revela a data precisa do assentamento do Marco do Jauru, na praça Barão do Rio Branco, praça também conhecida como Largo da Matriz ou Praça da Matriz, ao dizer que “um dia, em conversa com o Reverendo Padre Paulo Maria Cabrol, então Vigário desta cidade, disse-nos ele que vira anotado, num livro antigo, pelo Vigário da época, o virtuoso Padre Casimiro Ponce Martins, a data em que se deu o fato” (Op. Cit., 2021, p. 111). A partir dessa pista, o historiador e poeta e conhecedor voraz da cidade de Cáceres passou a buscar o precioso livro, que integrava tal acontecimento de enunciação, conforme o saudoso Mendes:

[...] Verificando o livro por consentimento do Reverendo Padre Paulo, constatamos lá que o que vínhamos procurando, há tempo, o dia exato em que se assentou em frente da nossa Igreja Matriz, o Marco trazido do Jauru por iniciativa, do Tem. Cel. Antonio Maria Coelho – dia 02 de fevereiro de 1883 (Mendes, 2021, p. 111).

Nesse sentido, este acontecimento do dizer rememora e reescreve um acontecimento significativo de sentidos historicizados, fundamentalmente, pelo funcionamento próprio do enunciado “1883”, num passado, ou seja, numa temporalidade específica, do quase final do século XIX.

Chamamos a atenção, para a ocorrência de outros acontecimentos, uma vez que, é preciso considerar que o Marco, antes de ser assentado no lugar que está hoje, ele “foi colocado na foz do rio Jauru, no dia 18 de janeiro de 1754, batizado, no ermo, as possessões portuguesa e espanhola nesta parte da América do Sul” (Mendes, 2021, p. 110). Isto é, as posições significam a divisão das terras, no que concerne à relação de domínio sobre o território de Portugal e o território espanhol, que se pretendia estabelecer em Mato Grosso. Esta divisão se constitui na própria divisão do político. O Marco do Jauru, nesse sentido, temporaliza e significa pelo memorável a assinatura do Tratado de Madri–1750.

Considerando esse acontecimento, a urbanização da região do Mato Grosso vai se dar na segunda metade do século XVIII. O Marco, enquanto parte constitutiva desse processo de urbanização, constitui a divisão do real fundamental nas relações das

práticas de linguagens, nas questões que tratam de demarcações e limites entre a coroa portuguesa e a coroa espanhola.

Mais precisamente, dizer do Mato Grosso, implica tomar não só os acontecimentos de linguagem que trata sobre o Tratado de Madri, enunciado em um determinado espaço de enunciação, segundo Mendes (2021, p. 110) “importa ver os antecedentes da discussão do Tratado para enquadrar corretamente a decisão de criar governos autônomos nas capitanias de Goiás e Mato Grosso, desmembrando-as da capitania de São Paulo”. Assim:

O Conselho Ultramarino justificava a decisão afirmando que o governo em São Paulo tinha sido criado, não por ser necessário, mas porque era o **“caminho”³ para as minas** e que, dadas as novas circunstâncias, era necessário que as próprias minas tivessem governo autônomo. Especificamente **sobre a capitania do Mato Grosso, esperava-se que “por meio do estabelecimento do Governo, como por todos os outros que ocorrerem se procure fazer a Colônia do Mato Grosso tão poderosa, que contenha os vizinhos em respeito, e sirva de *antemural* a todo o interior do Brasil** (Mendes, 2021, p. 110). Grifos nossos.

As instruções passadas ao governador da nova Capitania eram claras quanto às prioridades a seguir. Os sete primeiros itens diziam respeito à fundação de uma nova vila, já antes prevista, que seria a cabeça do governo da Capitania e onde deveria residir o governador. Por conseguinte, os descobrimentos marítimos, ou a política de colonização do conselho ultramarino, em particular do reino português, constituiu diferentes materialidades específicas de linguagem, enquanto textos que enunciam a História Geral do Brasil.

Desse modo, as materialidades simbólicas foram sendo produzidas por forças dos reinos, que moldam e estabelecem sentidos para a configuração e organização da divisão da partilha do real no Mato Grosso. Isso é evidenciado pela divisão dos lugares sociais que a enunciam, bem como por acontecimentos enunciativos específicos que dizem das entradas e bandeiras, da descoberta, ou achamento das terras. A Igreja Católica, fundamentalmente, participa e contribui na produção dos sentidos da construção sócio-histórico do país, atualmente conhecido como Brasil e consolidado pelo agenciamento da política colonial europeia. Segundo, está fundamentada em um sistema de governo constituído ainda na Idade Média. Em consequência disso, observamos que a Igreja Católica no Brasil foi sendo construída como parte significativa deste agenciamento, que implicou diretamente na formação dos espaços geográficos.

Interessante dizer que no espaço político, que se chamou de União Ibérica¹¹, cujos objetivos das Coroas constituíram-se ao sediar e consolidar os domínios do ultramar, estrategicamente, foram fortalecidos por uma série de concessões de *Bulas Papais* que ligavam o Estado e a Igreja. Pois, como disse Lara *et al.* (2021, p. 20), “antes dos tratados, esses acertos entre reinos eram normatizados pela Igreja, através de bulas papais”. Estes aspectos também se fazem presentes na criação e construção das Igrejas no Brasil, consideramos que as bulas foram fundamentais para a criação da Igreja em Vila Maria do Paraguai.

Nesta direção, as Bulas Papais, os mapas, inúmeras plantas-textos, entre outros, são textos específicos que se configuram “como um acontecimento enunciativo que diz da história da colonização e o imperialismo do Brasil” (Guimarães, 2018, p. 174). Além disso, os textos integram elementos linguísticos e não linguísticos, que significam na

¹¹ É um acontecimento que significa a união entre Portugal e Espanha, cuja duração se estendeu por sessenta anos (1580-1640), em que o Brasil ficou sob o domínio espanhol.

transversalidade e na articulação desses elementos. Estes elementos constituem formas distintas, os quais constituem modos de dizer e de significar à construção da Igreja no povoado, na vila, na cidade, visto que a Igreja é significada por agenciamentos que marcaram os modos de convivência desta com a sociedade brasileira, desde o achamento. Por exemplo, podemos observar que o texto não linguístico, a seguir, está funcionando na relação com o linguístico, isto é, com o enunciado-título: São Luiz de Cáceres, A Igreja e a Força Federal. Nesse sentido, dizemos haver uma relação de modos de convivência entre cidade, Igreja e a Força Federal.

Figura 5 - São Luiz de Cáceres, A Igreja e a Força Federal



Fonte: São Luiz de Cáceres, A Igreja e a Força Federal. In: Album Gráfico, 1914, p. 185.

Traçados Finais

Para os traçados finais, deste texto, conclui-se que as primeiras instalações governamentais do Brasil, se constituíram de três Dinastias do Governo Monarca do Reinado de Portugal: a Dinastia de Aviz (1500-1815); Dinastia de Habsburg (60 anos de domínio espanhol) e a Dinastia de Bragança, sendo a partir desta última a que mais nos interessa na construção da Igreja na povoação de Vila Maria, São Luiz de Cáceres (atual Cáceres), no desenvolvimento e configuração do espaço urbano da cidade. É sabido que, no processo de expansão da Coroa Portuguesa, expandia-se também o Padroado, bem como se expediam muitas *bulas*.

O Marco do Jauru traz uma latência de acontecimentos e, neste movimento de sentidos, significam a organização e planejamento urbano, como o lugar indicativo para erigir a igreja, enunciados em documentos do século XVII-XVIII, que permeia sentidos da divisão, configuração e constituição do Estado de Mato Grosso. Os sentidos de limite que permeiam o Marco do Jauru são constituídos por temporalidades distintas, com isso, os enunciados 1754 e 1883 significam sentidos de limites que se apresentam, significativamente, com sentidos distintos sobre a formação do processo de urbanização da região do Mato Grosso. Ou seja, o Monumento produz sentidos de projeção e divisão geográfica nos aspectos físicos e políticos no espaço urbano tombado na cidade de Cáceres.

A cidade de Cáceres pode ser reconhecida por seus Monumentos Tombados, que sintetizam narratividades que significam e ressignificam pelas práticas de linguagens que os afetam e atribuem sentidos no modo como o centro urbano da cidade

fora sendo construído, primeiramente, com o sentido de demarcação do território do Mato Grosso.

Logo, o memorável Tratado de Madri está latente, no centro da cidade de Cáceres, produzindo sentidos enunciados pelas formas do imponente Marco do Jauru, que desde 1883 ainda se faz presente em frente à Igreja Matriz, atribuindo e determinando sentidos outros no centro da cidade de Cáceres.

Portanto, o Monumento, ao articular-se com elementos linguísticos e não linguísticos, constitui sentidos e significam no funcionamento de linguagem, por meio de modos de dizer, cuja temporalidade, a específica, significa, designa e historiciza acontecimentos únicos. O imponente Marco do Jauru, enquanto Monumento, produz sentidos de projeção e divisão geográfica nos aspectos físicos e políticos, plantado no e do espaço urbano tombado no centro histórico da cidade de Cáceres–MT.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Renata Malcher de. A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 20, p. 41-76, 2012.

AYALA, S. C.; COSTA MARQUES, J.A.; SIMON, F. **Album gráfico do Estado de Matto-Grosso (EEUU do Brasil)**, 1914. Digitalizado por NUDHEO/UNEMAT.

BIENNÈS, Máximo. **Uma igreja na fronteira**. Edições Loyola, 1987.

CAVENAGHI, Airton José. O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias. Análise de uma herança cotidiana. In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 14, p. 195-241, 2006.

DA CUNHA GARCIA, Domingos Savio. De vila a cidade: impactos da abertura da navegação do rio Paraguai em uma povoação da Fronteira Oeste. **HISTÓRIA E FRONTEIRA**, p. 69, 2014. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar>. Acesso em: 28/08/2018.

DE MOURA, Denise A. Soares. Disputas por soberania e uso da terra nos sertões mineiros do Sul (1750-1768). In: ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira *et al* (orgs). **ANAIIS VII EHC**, p. 314-330, 2018.

DESCENDRE, Romain. **A politização do mundo**. Tradução: José Horta Nunes. Editora Unicamp, 2015.

DIAS, Luiz Francisco. **Enunciação e relações linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

FERREIRA MOUTINHO, Joaquim. **Notícia sobre a província de Mato Grosso: seguida d'um roteiro da viagem da sua capital S. Paulo Tip. H. Schroeder**. São Paulo, v. 1440, p. 1869, 1869.

GUIMARÃES, Eduardo. **Análise de texto - procedimentos, análises, ensino**. São Paulo: 2ª ed. Editora Hucitec, 2012.

GUIMARÃES, Eduardo. **Análise de texto:** procedimentos, análises, ensino. Campinas: Editora RG, 2011.

GUIMARÃES, Eduardo. Designação e acontecimento. **Traços de Linguagem**-Revista de Estudos Linguísticos, v. 3, n. 2, 2019.

GUIMARÃES, Eduardo. DESIGNAR E ARGUMENTAR EM TORNO DE UMA DIVISÃO “INTRANSPONÍVEL”. **Revista Conexão Letras**, v. 26, n. 25, 2021.

GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e história. In: **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, p. 71-79, 1989.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**. Campinas-SP: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica:** enunciação e sentido. Campinas-SP: Pontes, 2018.

GUIMARÃES, Eduardo. Sobre a resignificação política do espaço em torno de nomes próprios de lugares. In: DALLA PRIA, Albano [et al] (Orgs). **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras:** um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase III). 1. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

GUIMARÃES, Eduardo. **História da semântica:** sujeito, sentido e gramática no Brasil. Pontes, 2004.

LARA, F. C. [et al]. Os acontecimentos enunciativos dos tratados que significam a constituição da fronteira oeste de Mato Grosso. In: DALLA PRIA, A. [et al] (Orgs). **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras:** um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase III). 1. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

MATOS, Alex de. **Templos secretos:** História e arquitetura sagrada das igrejas neogóticas de Mato Grosso. Cuiabá: Editora do Autor, 2011.

MENDES, Natalino Ferreira. **Memória Cacerense. Cáceres:** Carlini e Carniato, 1998.

MENDES, Natalino Ferreira. **História de Cáceres:** origem, evolução, presença das forças armadas. Tomo II. UNEMAT, 2010.

MENDES, Natalino Ferreira; CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. **Fragmentos da história cultural de Cáceres:** e outros fios da memória. Vol. II/Olga Maria Castrillon-Mendes (Org.); Natalino Ferreira Mendes 1º edição. Cuiabá-MT: Carlini & Caniato Editorial, p. 144, 2021.

SILVA, A. C. de O. [et al.] A planta enquanto texto: estudo semântico do projeto urbano de Vila Bela da Santíssima Trindade, uma Vila – Capital. In: DALLA PRIA, Albano [et al] (Orgs). **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras:** um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase III). 1. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

SOUSA, José Maria de; et *al.* **Manuscritos de Vila Maria:** edições fac-similar e semidiplomática. 2013.

VELOZO, Solange Moreira dos Santos e KARIM, Taisir Mahmudo. **Planta-Texto:** um acontecimento enunciativo da catedral de São Luiz no centro histórico de Cáceres- MT. III Seminário Enunciação e Materialidade Linguística. Caderno de resumos. Belo Horizonte FALE/UFMG 2019.